

1. Caracterização da Unidade Curricular

1.1. Designação da Unidade Curricular

1.1.1. Designação

Tributação Ambiental

Curso(s):

Contabilidade (P.L.)

Contabilidade

1.1.2. *Designation*

Environmental Taxation

Course(s):

1.2. Sigla da área científica em que se insere

1.2.1. Sigla da área científica

DFF

1.2.2. *Scientific area's acronym*

DFF

1.3. Duração da Unidade Curricular

1.3.1. Duração

Semestral

1.3.2. *Duration*

Semestral

1.4. Total de horas de trabalho

1.4.1. Horas de trabalho

Horas de Trabalho: 0135:00

1.4.2. *Working hours*

Working hours: 0135:00

1.5. Total de horas de contacto

1.5.1. Horas de contacto

(T) Teóricas:	0000:00	(TC) Trabalho de Campo:	0000:00
(TP) Teórico-Práticas:	0045:00	(OT) Orientação Tutorial:	0000:00
(P) Práticas:	0000:00	(E) Estágio:	0000:00
(PL) Práticas Laboratoriais:	0000:00	(O) Outras:	0000:00
(S) Seminário:	0000:00		
Horas Contacto:	0045:00		

1.5.2. Contact hours

(T) Theoretical:	0000:00	(TC) Field Work:	0000:00
(TP) Theoretical-practical:	0045:00	(OT) Tutorial Guidance:	0000:00
(P) Practical:	0000:00	(E) Internship:	0000:00
(PL) Laboratory practices:	0000:00	(O) Other:	0000:00
(S) Seminar:	0000:00		
Contact Hours:	0045:00		

1.5.3. % Horas de contacto à distância

Sem horas de contacto à distância

1.5.4. % Remote contact hours

No remote hours

1.6. ECTS

5

2. Docente responsável e respetiva carga letiva na Unidade Curricular

2.1. Docente responsável e carga letiva (preencher o nome completo)

GUILHERME WALDEMAR GOULÃO DOS REIS DE OLIVEIRA MARTINS

Sem carga letiva

2.2. Responsible academic staff member and lecturing load (fill in the full name)

GUILHERME WALDEMAR GOULÃO DOS REIS DE OLIVEIRA MARTINS

No lecturing load

3. Outros docentes e respetivas cargas letivas na Unidade Curricular

3.1. Outros docentes e respetivas carga letivas

GABRIEL AMBRÓSIO UMABANO

TPCFD41 (3 horas semanais; 45 horas semestrais), TPCFN41 (3 horas semanais; 45 horas semestrais)

3.2. *Other academic staff and lecturing load*

GABRIEL AMBRÓSIO UMABANO

TPCFD41 (3 week hours; 45 semester hours), TPCFN41 (3 week hours; 45 semester hours)

4. Objetivos de aprendizagem

4.1. Objetivos de aprendizagem e a sua compatibilidade com o método de ensino (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Providenciar aos alunos uma abordagem a questões específicas da política ambiental, tanto no plano teórico, como no plano prático, em particular com a análise de situações reais e de legislação vigente em vários ordenamentos.

4.2. *Learning objectives and their compatibility with the teaching method (knowledge, skills and competencies to be c*

Provide students with an approach to specific issues of environmental policy, both theoretic

5. Conteúdos programáticos

5.1. Conteúdos

1. Introdução 2. A tributação automóvel a) O direito anterior e as propostas da Comissão Europeia b) Base objectiva de incidência e base tributável c) Taxas normais (escalonamento), e taxas reduzidas e isenções com fito ambiental d) Os benefícios fiscais ao abate de veículos automóveis 3. A tributação dos produtos energéticos a) Enquadramento do direito comunitário b) Base objectiva de incidência do ISP e base tributável c) Taxas normais e isenções com fito ambiental d) Esquema de benefícios fiscais para os biocombustíveis 4. Os benefícios fiscais ambientais a) Benefícios em sede IRS e IRC b) Taxas reduzidas de IVA 5. A tributação dos resíduos a) O regime económico e financeiro dos resíduos b) A taxa de gestão de resíduos 6. A tributação das águas a) O regime económico e financeiro dos recursos hídricos b) A taxa de recursos hídricos 7. Conclusão

5.2. *Syllabus*

1. Introduction 2. Car taxation a) Previous law and the European Commission's proposals b) Objective basis of assessment and taxable base c) Standard rates (scaling), reduced rates and exemptions for environmental purposes d) Tax benefits for the scrapping of motor vehicles 3. Taxation of energy products a) Framework of Community law b) Objective basis of assessment of ISP and taxable base c) Standard rates and exemptions for environmental purposes d) Scheme of tax benefits for biofuels 4. Environmental tax benefits a) Benefits under personal income tax (IRS) and corporate income tax (IRC) b) Reduced VAT rates 5. Waste taxation a) The economic and financial regime for waste b) The waste management levy 6. Water taxation a) The economic and financial regime for water resources b) The water resources levy 7. Conclusion

6. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos

6.1. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Respondem aos objectivos pedagógicos de:

- Compreensão da necessidade da compreensão das opções jurídicas e económicas próprias da política fiscal, familiarizando os alunos com certas temáticas de maior aprofundamento e densidade;
- Reforço das competências dos mestrandos e da sua confrontação com a problemática da vida real;
- Preparação para novas competências através do desenvolvimento de capacidades de pesquisa de informação, de análise e interpretação da informação e de definir conclusões sustentadas

6.2. *Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives*

They address the following pedagogical objectives:

Understanding the need to understand the legal and economic options inherent in fiscal policy, familiarizing students with certain topics of greater depth and depth;
Strengthening the skills of master's students and their confrontation with real-life problems;
Preparing them for new competencies through the development of information research, analysis and interpretation capabilities, and the ability to draw sustained conclusions.

7. Metodologias de ensino

7.1. Metodologias de ensino e de aprendizagem específicas da unidade curricular articuladas com o modelo pedagógico

A metodologia de avaliação aplicada na unidade curricular consiste na realização de um trabalho de investigação (50%) e de um teste (50%). Em alternativa, os alunos podem optar por realizar exame final (100%).

7.2. *Teaching and learning methodologies specific to the curricular unit articulated with the pedagogical model*

The assessment methodology applied in the course consists of a research paper (50%) and a test (50%). Alternatively, students may choose to take a final exam (100%).

8. Avaliação

8.1 Avaliação

A metodologia de avaliação aplicada na unidade curricular consiste na realização de um trabalho de investigação (50%) e de um teste (50%). Em alternativa, os alunos podem optar por realizar exame final (100%).

8.2 Evaluation

The assessment methodology applied in the course consists of a research paper (50%) and a test (50%). Alternatively, students may choose to take a final exam (100%).

9. Demonstração da coerência das metodologias

9.1. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da Unidade Curricular

No final os estudantes deverão ter adquirido capacidades no sentido de:

- Adquirir competências no sentido de analisar as opções de política fiscal dos vários ordenamentos vigentes.
- Ter adquirido capacidade de recolha de informação e sua actualização de forma autónoma

9.2. *Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes*

Upon completion, students should have acquired the following skills:

- ? Acquired the ability to analyze fiscal policy options under the various current legal systems.
- ? Acquired the ability to collect and update information independently.

10. Bibliografia de consulta/existência obrigatória

- ALARCÓN GARCÍA, Gloria, Manual del Sistema Fiscal Español, Thompson, Madrid, 2005.
- ALBANO SANTOS, J., Teoria Fiscal, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, 2003.
- ALEJANDRO C. ALTAMIRANO, «El derecho tributario ante la constitucionalización del derecho a un medio ambiente sano», em HELENO TORRES (Org.), Direito Tributário Ambiental, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- ALONSO GONZALEZ, L. M., «Los impuestos ambientales en España: doctrina del Tribunal Constitucional», em HELENO TORRES (Org.), Direito Tributário Ambiental, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- ALVES CORREIA, F., Manual de Direito do Urbanismo, vol. I, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2006.
- AMATUCCI, A., «L'inerenza dell'interesse pubblico alla produzione: strumenti finanziari e tutela ambientale», em HELENO TORRES (Org.), Direito Tributário Ambiental, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- ARNDT, H.-W., Grundzüge des Allgemeinen Steuerrechts, V. Vahlem, München, 1988.
- BASSI, Franco / MAZZAROLLI, Leopoldo, Pianificazione Territoriali e Tutela dell'Ambiente, Giappichelli, Torino, 2000.

- BENDER / SPARWASSER / ENGEL, Umweltrecht. Grundzüge des öffentlichen Umweltschutzrechts, 3ª ed., C. F. Müller, 1995.
- BLANKENBURG, Götz, Globalisierung und Besteuerung. Krise des Leistungsfähigkeitsprinzip?, Hamburg, 2004.
- BORRERO MORO, C. J., La Tributación Ambiental en España, Tecnos, Madrid, 1999.
- CARLOS SANTOS, Auxílios de Estado e Fiscalidade, Almedina, Coimbra, 2003.
- CASALTA NABAIS, J., Contratos Fiscais. (Reflexões acerca da sua Admissibilidade), Coimbra Editora, Coimbra, 1994.
- CASALTA NABAIS, J., O Dever Fundamental de Pagar Impostos. Contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo, Almedina, Coimbra, 1998.
- CASALTA NABAIS, J., «O princípio do estado fiscal», em Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Professor João Lumbrales, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2000.
- CASALTA NABAIS, J., Direito Fiscal, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2006.
- CASALTA NABAIS, J., «O regime fiscal das fundações», em Por um Estado Fiscal Suportável ? Estudos de Direito Fiscal, Almedina, Coimbra, 2005.
- CASALTA NABAIS, J., «Alguns aspectos da tributação das empresas», em Por um Estado Fiscal Suportável ? Estudos de Direito Fiscal, Almedina, Coimbra, 2005.
- CASALTA NABAIS, J., Introdução ao Direito do Património Cultural, Almedina, Coimbra, 2004.
- CASALTA NABAIS, J., «Reforma tributária num estado fiscal suportável», em Por um Estado Fiscal Suportável ? Estudos de Direito Fiscal, II Vol., Almedina, Coimbra, 2008.
- CASALTA NABAIS, J., «Política fiscal, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza», Ciência e Técnica Fiscal, 419, Janeiro ? Junho de 2007.
- CLÁUDIA SOARES, O Imposto Ecológico ? Contributo para o Estudo dos Instrumentos Económicos de Defesa do Ambiente, Coimbra Editora, Coimbra, 2001.
- CLÁUDIA SOARES Imposto Ecológico versus Subsídio Ambiental?, tese de doutoramento apresentada na Universidade de Santiago de Compostela, 2002.
- CLÁUDIA SOARES, Direito Fiscal do Ambiente. O Imposto Ambiental, Almedina, Coimbra, 2002.
- CLÁUDIA SOARES, Direito Fiscal do Ambiente. O Enquadramento Comunitário dos Auxílios de Estado a Favor do Ambiente, Almedina, Coimbra, 2003.
- FIGUEIREDO DIAS, José E., Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente, 2ª ed., Almedina,

Coimbra, 2007.

- FREITAS PEREIRA, M. H., Fiscalidade, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2007.
- GAWEL, von Erick, «Das Steuerstaatsgebot des Grundgesetzes», Der Staat, 39, 2000.
- GOMES CANOTILHO, Direito Público do Ambiente (Direito Constitucional e Administrativo), Sumários das Lições ao I Curso de Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, 1995/96.
- GOMES CANOTILHO (Coord.), Introdução ao Direito do Ambiente, Universidade Aberta, 1998.
- GOMES CANOTILHO, «O direito ao ambiente como direito subjectivo», em Estudos sobre Direitos Fundamentais, Coimbra Editora, Coimbra, 2004.
- GRAMM, Chr., «Vom Steuerstaat zum gebührenfinanzierte Dienstleistungsstaat?», Der Staat, 1997.
- HANSJÜRGENS, B., «Vom Steuerstaat zum Gebührenstaat?», Zeitschrift für Gesetzgebung, 14, 1999.
- HELENA COSTA, Regina, Praticabilidade e Justiça Tributária. Exeqüibilidade de Lei Tributária e Direitos do Contribuinte, Malheiros, São Paulo, 2007.
- HELENO TORRES (Org.), Direito Tributário Ambiental, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- HENDLER, R., «Gebührenstaat statt Steuerstaat?», Die öffentliche Verwaltung, 1999.
- HERRERA MOLINA, P., / CARVAJO VASCO, D., «Marco conceptual, constitucional y comunitário de la fiscalidad ecológica», em HELENO TORRES (Org.), Direito Tributário Ambiental, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- HERRERA MOLINA, P., /CHICO DE LA CÁMARA, P., «La fiscalidad de las emisiones atmosféricas en España», em HELENO TORRES (Org.), Direito Tributário Ambiental, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- LAURÉ, M., Science Fiscale, Puf, 1993.
- LOBO TORRES, Ricardo, A Idéia de Liberdade no Estado Patrimonial e no Estado Fiscal, Renovar, Rio de Janeiro, 1991.
- MADDALENA, Paolo, Dano Pubblico Ambientale, Rimini, 1990.
- MARTUL-ORTEGA, Perfecto Yebra, Constitución Financiera Española. Veinticinco Años, Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 2004.
- ORTEGA ÁLVAREZ, Luis (Dir.), Lecciones de Derecho del Medio Ambiente, 3ª ed., Lex Nova, Valladolid, 2002.
- PALAO TABOADA, C., «El principio ¿quien contamina paga? y el principio de capacidad económica»; em HELENO TORRES (Org.), Direito Tributário Ambiental, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.

- RICARDO CATARINO, João, «Globalização e capacidade fiscal contributiva», *Cultura ? Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 16/17, 2003.
- SÁ GOMES, N., *Teoria Geral dos Benefícios Fiscais*, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa, 1991.
- SÁ GOMES, N., «Os benefícios fiscais na Lei Geral Tributária e na legislação complementar», em LEITE DE CAMPOS e OUTROS, *Problemas Fundamentais do Direito Tributário*, Lisboa, Vislis, 1999.
- SELICATO, P., «Capacità Contributiva e tassazione ambientale», ambos em HELENO TORRES (Org.), *Direito Tributário Ambiental*, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- SÉRGIO VASQUES, *O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Direito de Lisboa, 2007.
- SERRANO ANTÓN, F., «El impuesto sobre depósito de residuos: fundamento, régimen jurídico y alternativas», em HELENO TORRES (Org.), *Direito Tributário Ambiental*, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.
- SOUSA ARAGÃO, Maria Alexandra de, *O Princípio do Poluidor Pagador. Pedra Angular da Política Comunitária do Ambiente*, Coimbra Editora, Coimbra, 1997.
- SOUSA ARAGÃO, Maria Alexandra de, *O Princípio do Nível Elevado de Protecção e a Renovação Ecológica do Direito do Ambiente e dos Resíduos*, Almedina, Coimbra, 2006.
- TEIXEIRA RIBEIRO, J. J., *Lições de Finanças Públicas*, 5ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1995.
- TIAGO ANTUNES, *O Comércio de Emissões Poluentes à Luz da Constituição da República Portuguesa*, aafdl, Lisboa, 2006.
- TIPKE, K. / LANG, J., *Steuerrecht*, 18.ª ed., Köln, 2005.
- TÚLIO ROSEMBUJ, *Los Tributos y la Protección del Medio Ambiente*, Marcial Pons, Madrid, 1995.
- UCKMAR, Víctor, *La nuova dimensione del ?tributo ambientale? e la sua compatibilità con l?ordinamento italiano*», em HELENO TORRES (Org.), *Direito Tributário Ambiental*, Malheiros Editores, São Paulo, 2005.

11. Observações

11.1. Observações

11.2. *Observations*
